



Universidade de Brasília — UnB
Instituto de Letras — IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas — LIP

MARIANA MENDES MARQUES

EM PAUTA: O QUE TEM ALÉM DA VOZ DA BANCADA?
Um ensaio sobre a variante regional no telejornalismo

BRASÍLIA
2023

MARIANA MENDES MARQUES

EM PAUTA: O QUE TEM ALÉM DA VOZ DA BANCADA?

Um ensaio sobre a variante regional no telejornalismo

Ensaio apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em Letras,
pelo curso de Letras Português e Respectiva
Literatura da Universidade de Brasília — UnB.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ulisdete Rodrigues de
Souza Rodrigues

BRASÍLIA
2023

AGRADECIMENTOS

Debruço estes agradecimentos a todos os professores que me capacitaram a chegar até este momento, em especial, à minha orientadora, Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues pela sua dedicação à docência, sua contribuição para os estudos sociolinguísticos e sua empatia única e fenomenal em um ambiente em que, muitas vezes, soa hostil para com os alunos de graduação.

Registro minha gratidão ao meu pai, Leonidas Pereira Marques, e minha mãe, Wanair Mendes Balbino, que sonharam, sofreram e se realizaram comigo. Nunca andei sozinha enquanto estiveram segurando minhas mãos, do início da vida até todo o sempre.

Agradeço ao meu parceiro Willams Santos de Meneses por escolher o amor, a compreensão e o ser, para além do estar.

Por fim, gratidão aos amigos e ao Deus que eu acredito por serem luz no meu caminho, nada eu seria sem isso.

RESUMO

Este ensaio objetiva realizar uma revisão da literatura acerca da formação do português propondo uma reflexão sociolinguística, a fim de analisar o estigma e o prestígio de determinadas variações regionais vernaculares expressas no telejornalismo em detrimento de outras variações, a partir de um evento observado durante a comemoração dos 50 anos do Jornal Nacional.

Palavras-chave: Sociolinguística. Telejornalismo. Sotaque. Variação Linguística. Variação Regional.

ABSTRACT

This essay aims to review the literature on the formation of portuguese, proposing a sociolinguistic reflection in order to analyze the stigma and prestige of certain regional vernacular variations in television journalism to the detriment of other variations.

Keywords: Sociolinguistics. Television journalism. Accent. Linguistic Variation. Regional Variation.

*“Essa estrada foi pavimentada pelos ventos de mudança”
(Bon Jovi – We Weren’t Born To Follow)*

O presente estudo reverbera os anseios de uma jornalista e discente na área de linguagens que pretende desbravar, de modo crítico e exploratório, o campo das marcas de expressão oral, dentro da sociolinguística interacionista, e sua manifestação no telejornalismo, a partir de um caso observado no Jornal Nacional, que será esmiuçado posteriormente.

Na minha adolescência, certa vez, um professor de inglês, ao chamar minha atenção para a pronúncia de palavras no idioma, teceu críticas sobre o meu “sotaque goiano”, chegando a proferir, verbalmente, que, daquela maneira, seria impossível minha fala ser caracterizada como parte de uma língua estrangeira. Em face deste acontecimento, me propus a pensar sobre a colocação dos “sotaques”, suas manifestações e os estigmas de algumas marcas em detrimento de outras, principalmente em locais de prestígio.

Para isto, é preciso retomar alguns pensamentos e reflexões sobre o português do Brasil, o jornalismo, mas também sobre a nossa relação com o *falar*.

A jornada pelos significados e significantes, na oralidade e na escrita da língua portuguesa, não começa nas leituras acadêmicas propostas no curso de Letras ou nos esforços de compreender as teorias de Ferdinand de Saussure, Noam Chomsky, Skinner e outros autores que, de fato, contribuíram de forma inestimada para com os estudos linguísticos.

Nós, falantes e escritores, estamos em contato com a língua antes mesmo de a compreendermos como algo partícipe do nosso cotidiano, pois ela, a bem da verdade, nos acompanha desde os primeiros esboços comunicativos e, de maneira mais simbólica, desde o ventre de nossas genitoras.

Quando crescemos e encaramos o mundo e suas complexidades, a língua, com sua imponente beleza e heterogeneidade, também está conosco. De acordo com Gazzaniga *et.al* (2018, v.5, p.332), em seus estudos sobre psicologia e desenvolvimento humano, “ao ouvir diferenças entre os sons imediatamente após o nascimento e, em seguida, aprender os sons de seu próprio idioma, as crianças passam a desenvolver a capacidade de falar” e, assim, posteriormente, elas começam a associar fonemas, morfemas e esquemas gramaticais, em busca de encontrar algum sentido na formação de novos vocábulos e orações, a partir da observação de outros indivíduos em seu convívio.

Quando uma criança diz para o outro “desacender” a luz, por exemplo, há uma inconsistência do ponto de vista formal. No entanto, nota-se a perspicácia do falante, uma vez que ele percebe a função do prefixo des-, que simboliza uma reversão de uma ação (DONA, 2018), junto ao verbo ascender, demonstrando, assim, querer desfazer uma operação.

Assim, tendo em vista uma breve perspectiva sobre a aquisição da linguagem e a capacidade humana de assimilar um sistema linguístico, ao pensar na nossa língua, é necessário

traçar um retrospecto sobre a formação sócio-histórica da língua portuguesa no Brasil para compreendermos como este fenômeno se comporta frente a um Estado-Nação de ampla extensão territorial e com um grande número populacional.

Nesta via de exploração científica, Mattos e Silva propõe (2004) a divisão de quatro eixos para o estudo da história geral do português brasileiro, que são: o estudo da demografia, a mobilidade populacional, a escolarização, ou a sua ausência, e as reconfigurações políticas, socioculturais e linguísticas.

A começar pelo trato demográfico do país entre os séculos XVI e XIX, em um recorte do período colonial e pós-colonial, que outrora era realizado de forma aproximada, a população de pessoas consideradas não-brancas correspondia a 70% do censo. Enquanto isso, em contrapartida, as pessoas brancas, que eram definidas como portugueses e também lusodescendentes, representavam 30% da amostra.

Durante as primeiras décadas da colonização, o primeiro contato dos portugueses aconteceu com os povos indígenas que habitavam o litoral:

Ao chegarem os colonizadores, ao longo do litoral, habitavam, com algumas exceções, a orla do Atlântico, de norte a sul, indígenas falantes do que hoje os especialistas designam de línguas do tronco lingüístico tupi e da família tupi-guarani, sendo as mais conhecidas o tupinamplá no litoral baiano, o tupiniquim ao sul da Bahia e no litoral paulista e o tamoio, na área do atual Rio de Janeiro. É, portanto, com as línguas tupi-guarani — o guarani na bacia do Prata e em áreas interioranas do Sudeste e Sul do Brasil — que os falantes de português entrarão em contato imediato no processo de colonização. (MATTOS E SILVA, p. 126. 2004).

A população indígena considerada “integrada”, ou seja, a que era possível estimar, representava 50% dos residentes no Brasil no século XVI. No entanto, em meados do século XIX, após perderem a luta contra o genocídio e as doenças trazidas pelas caravelas europeias, passaram a compor 2% do total. Os indígenas considerados “não-integrados”, por sua vez, se refugiaram nos interiores e, assim, um território que um dia assistira mais de 1500 línguas se manifestarem, definhou com o extermínio de 85% de sua identidade, chegando ao início do século XXI com apenas 180 línguas advindas dos povos originários.

De outro modo, o processo com os povos escravizados fluía de um modo diferente, mas não menos avassalador. Com o tráfico negreiro, conforme Émile Bonvini e Margarida Petter (1998 *apud* MATTOS E SILVA), cerca de 300 línguas diferentes chegaram junto com os quase 14 milhões de africanos que foram subjugados de forma violenta ao sistema colonial, mas nenhuma pôde se desenvolver motivado pela separação étnica para evitar conflitos e revoltas organizadas.

Contrariamente ao que ocorreu com os indígenas, os africanos e afro-descendentes estão no patamar de 60% da população do Brasil entre os séculos XVII ao XIX. Tendo

de abdicar de suas línguas de origem, como referido, não tinham eles escolha: tiveram de aprender, num processo de transmissão lingüística irregular — na designação da crioula atual — a língua da colonização. Certamente, junto com o pequeno contingente de indígenas integrados ao processo colonizador, são eles que vão dar forma ao português geral brasileiro, antecedente, como penso eu, do português popular ou vernáculo brasileiro. (MATTOS E SILVA, p. 128. 2004).

A exploração territorial dos colonizadores pelas terras brasileiras acompanhou as necessidades econômicas que insurgiam impostas pelo sistema, passando por canaviais, minas de ouro e jazidas, o açúcar, o café, o algodão e o fumo.

Nesta rota, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia e posteriormente, as demais regiões, recebiam não apenas os senhores e suas famílias, mas também a numerosa quantidade de escravizados que os acompanhavam, “sendo os africanos e afro-descendentes a maioria sempre nesse período, teria sido certamente esse segmento ‘sem voz’ da população brasileira o principal difusor do português geral brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p.130), contrariando a projeção de Serafim da Costa Neto e outros autores que “defenderam a inexorável vitória da língua portuguesa por causa da "superioridade cultural do colonizador" (MATTOS E SILVA, 2004, p.129).

A educação, assim como os pontos já mencionados, também foi um fator crucial para o desenvolvimento da língua, mas não dentro de uma perspectiva idealizada. No século XVIII, com a legitimação do português como a língua oficial brasileira pela legislação pombalina e a expulsão dos jesuítas, o que já não era funcional se potencializou com a quantidade de formalistas brasileiros influenciados pelos ideais conservadores e puristas.

Isso aconteceu porque, conforme Cunha (1986) retrata, o pouco resquício de educação básica que havia naquele período se dava pelo empenho jesuítico e “os que pretendiam uma instrução superior deviam seguir para Coimbra, onde estava sediada a universidade do império” (CUNHA, 1986, p.19).

Com a alfabetização e a graduação superior ao alcance de poucos, o português falado e escrito se distanciavam essencialmente, uma vez que, havia uma supervalorização das normas escritas e da cultura do colonizador pela perspectiva purista, deixando de estabelecer uma comunicação entre as duas formas, beirando uma perigosa estratificação.

Daí a diglossia, a acentuar-se progressivamente: de um lado, a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela imensidão do Brasil; de outro, a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem-falantes, mosaico de fragmentos do passado literário que essa elite de "bons latinos" aprendia em Coimbra ou nas tradições portuguesas conservadas nos colégios dos jesuítas — "signum" de superioridade cultural e, também, mais do que nunca, de distância social. (CUNHA, 1986, p.20).

A virada política do século XIX começa com a mudança da capital para o Rio de Janeiro e as profusas transformações decorrentes da transferência da corte real para o novo centro do Poder. Com Dom João VI, surge tardiamente a imprensa, que no período colonial era proibida no Brasil, em um contexto em que países como México (1535) e Peru (1584), esta já a havia sido desenvolvida muito antes.

Como Mattos e Silva (2004) explana, os meios de comunicação foram fundamentais para lutas como a Independência, a Abolição e a proclamação da República, bem como permitiram “a difusão da documentação não-literária e literária que se produzia no Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p.132), e que, posteriormente, ganhou força com as ideias do movimento romancista.

Conquistada a autonomia política, começaram a aparecer os primeiros sintomas de mudança desse estado de coisas. Classes sociais, até então emparedadas, tiveram oportunidades novas com a vulgarização do ensino e, principalmente, com o desenvolvimento da imprensa. Os reflexos desses fatos na aeração da língua foram logo previstos por José Bonifácio, que, em 1825, assim se manifestava sobre a legitimidade da criação vocabular: "Ousem pois os futuros ingenhos (sic) brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo; e fico que, apesar de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o Português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem". (CUNHA, 1986, p.22).

Desta forma, ainda que não se defendesse a criação de uma “língua brasileira”, criou-se um lampejo de identidade nacional e que antes, já citado por Machado de Assis, hoje pode ser investigado por linguistas que compreendem a diversidade sob a qual estamos inseridos.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade". (ASSIS, 1873 *apud* CUNHA, 1986).

Seguindo os estudos sobre as manifestações do português, o autor Marcos Bagno (2007) define a fala como a expressão vernacular da língua e é a partir disso que inovações surgem e podem ser incrementadas em diferentes recursos linguísticos. Nesta acepção, o autor defende a divisão da realidade em três aspectos linguísticos, sendo eles a norma-padrão, as variedades prestigiadas, que podem ser chamadas de norma-culta, e variedades estigmatizadas, também conhecidas como norma popular.

Nesta perspectiva, muitos traços da variedade estigmatizada são excluídos da fala por falantes das demais variedades, que são, geralmente, pessoas residentes dos centros urbanos e com considerável nível de escolarização, por pura estigmatização. No entanto, vale ressaltar que muitos traços da norma popular, também fluem entre estas pessoas.

Explico: neste meio, há traços compartilhados por todos os falantes, como a transformação do ditongo em monotongo, como nos exemplos roupa > rôpa, ouro > ôro. Esse é um antigo processo metaplasmático chamado síncope que, na atualidade, por fazer parte da variedade culta e da popular, sendo considerado como um **traço gradual**. No entanto, o dígrafo lh [y] descrito em telha > têia, abelha > abêia, sofrem grande reprovação e, geralmente, são associadas, de forma pejorativa, a pessoas consideradas “caipiras”, pobres e sem conhecimento. Estes, por sua vez, são chamados de **traços descontínuos**. “Por caracterizarem a variedade linguística de falantes com baixo ou nenhum prestígio social, esses traços são rejeitados, repelidos, ridicularizados e evitados a todo custo pelos cidadãos que se acham (ilusoriamente) portadores da língua ‘certa’” (BAGNO, 2007, n.p).

O que é urgente saber, posta a reflexão acima, é que a ignorância sobre o tema ainda reverbera, ora de maneira evidente, ora de modo estrutural. Posto isso, é importante debruçar-se sobre a ideia de que, a todo momento, mudanças acontecem nas mais diversas línguas para contemplar as diferentes necessidades dos falantes em suas singularidades.

Este fenômeno, por sua vez, implica em importantes nuances exploradas pela sociolinguística¹, como a variação linguística que, conforme Rodrigues (2016, p.210) pode ser compreendida como a “atuação da necessidade premente — natural e convencional — de adaptação da língua ao seu contexto, aos seus usuários e ao seu tempo. Afinal, o caminho natural das línguas vivas é o da evolução e não o da estagnação”.

Entre as dimensões propostas pelo estudo da variação linguística, encontramos a variação regional, que prediz sobre os aspectos fonéticos que observamos neste estudo.

É um tipo de variação observada entre diferentes regiões. É denominada, também, variação diatópica. Ela é motivada por fatores como distância ou proximidade entre países, estados e municípios. A variação regional pode ser percebida nos vocábulos, estruturas fonético-fonológicas, morfossintáticas e expressões típicas das diferentes áreas da nossa região ou de outras que compõem o nosso território. (RODRIGUES, 2016, p.213).

Neste caso, a autora chama a atenção para as diferenças de realização fonética entre as regiões e traz exemplos práticos como na “abertura e alçamento vocálico: melado/mélado, decente/décente, Português/Purtuguês” (RODRIGUES, 2016, p.214) e a famosa “palatalização das oclusivas /t/ e /d/ diante de /i/ na maioria das regiões, salvo exceções, como o que acontece na região nordeste do País e no Estado de Mato Grosso” (RODRIGUES, 2016, p.214).

¹ Campo de estudo das variações.

Para angariar mais saber nas classificações dos fenômenos, o autor Fernando Tarallo, na obra *Pesquisa Sociolinguística* (1987), sistematiza uma sequência de passos a serem seguidos para identificar tais eventos linguísticos.

Nesta perspectiva, a estruturação propõe, primeiramente, a escolha de uma variável dependente para que seja possível estabelecer a modalidade a ser trabalhada, ou seja, a fala ou a escrita, desafiando o pesquisador a encontrar sua preferência para o ponto de partida.

Seguindo esta ordenação, é proposta a leitura bibliográfica sobre o tema, a escolha do campo para a coleta de dados, a definição de *quem* irá participar da pesquisa e *como* se dará a coleta, a confecção de materiais que possibilite a realização da investigação, a transcrição de dados, a revisão do levantamento teórico, a investigação de variáveis e variantes, a proposição das variáveis independentes e, por fim, a análise de dados.

No que tange ao telejornalismo, o objeto de incomodo inicial motivador para esta pesquisa, está na observação da reprodução da variante regional e a avaliação social sobre ela.

Os jornais de escala nacional são transmitidos, de forma concomitante, para todos os estados que compreendem o território brasileiro. Desta forma, há uma distribuição de múltiplas informações acerca de diferentes regiões, com uma explanação temática ampliada, que permeia assuntos importantes das mais diversas áreas, como o esporte, a cultura, a educação, a saúde pública, a política, entre muitos outros assuntos.

Por sua vez, os jornais regionais ocupam-se de elaborar os mesmos conteúdos editoriais seguindo critérios de noticiabilidade que, entre eles, estão a proximidade local com a comunidade na qual o conteúdo será veiculado e a relevância das informações para determinada audiência.

Dentre os aspectos trabalhados em ambas as situações, é importante atentar-se para a forma de comunicação oral dos âncoras² dentro da variação regional, que difere, muitas vezes, de forma acentuada, em suas manifestações.

Em 2019, em comemoração ao aniversário de 50 anos do Jornal Nacional³, a atração recebeu, em sua bancada, apresentadores de afiliadas da Rede Globo de diferentes estados e do Distrito Federal, aos sábados, para celebrar o marco atingido pelo telejornal. Ao todo, 28 profissionais foram sorteados e puderam ancorar a programação, em duplas, assim como tradicionalmente ocorre nesta prática laboral, no período compreendido entre 31 de agosto a 30 de novembro, totalizando 14 ocorrências distribuídas em 14 sábados subsequentes⁴.

² Profissional responsável pela apresentação dos telejornais.

³ Principal telejornal da TV aberta da Rede Globo, emissora líder em audiência no Brasil.

Vide este acontecimento, foi possível observar a variedade linguística entre os profissionais em contraste de um para com o outro e, principalmente, para com os jornalistas que habitualmente são encarregados de estar à frente do JN em circunstâncias comuns⁵.

Deste modo, questionamentos acerca de uma possível “padronização do sotaque”, ou melhor, de uma escolha de variantes regionais em sua manifestação vernacular em detrimento de outras entre profissionais da área jornalística em caráter nacional podem ser levantados.

Na pesquisa de Medeiros (2019) sobre os sotaques na televisão, conforme o nome da própria obra diz, a autora entrevista uma série de profissionais que atuam à frente e nos bastidores do meio televisivo. Com uma ampla bagagem de perspectivas, é possível perceber uma discrepância entre as convicções dos entrevistados que divergem de forma não circunstancial.

Para a fonoaudióloga paraibana Fátima Dantas é essencial que haja a construção de um padrão.

“O trabalho de Fátima Dantas, que se especializou em voz profissional, em São Paulo objetiva aperfeiçoar a fala do repórter, a intensidade do falar, suavizar, amenizar o sotaque. ‘Um ancora, por exemplo, não pode ter sotaque: seria incômodo. Deve ter estilo próprio: ser forte, ter credibilidade para comentar, diz’”. (MEDEIROS, 2019, p.56).

Por sua vez, a editora Stella Maris condensa que há um padrão estético que visa exclusivamente a voz, no entanto “Você não pode eliminar as características de um país vasto e múltiplo como é o Brasil” (MEDEIROS, 2019, p.60).

Em outra via, Enio Lucciola, carioca e chefe de redação aponta para a importância da diversidade.

No final dos anos 80, a chefe de Redação da TV Cultura, ao me receber como repórter, colocava o meu sotaque como um empecilho. Hoje, como chefe de Reportagem, eu penso exatamente o contrário. Procuro sempre mesclar, ter repórteres de várias regiões. A qualidade da cobertura fica sempre melhor quando as pessoas entendem do assunto. Então, o repórter que vem de determinada região, que entende melhor determinada cultura, e carrega, de uma maneira ou de outra, determinada raiz, interpreta melhor o que conhece bem. (Enio Lucciola, jornalista) (MEDEIROS, 2019, p. 30)

Segundo a autora, o padrão jornalístico de qualidade se transforma e se abre para a derrocada da ideia de “não-sotaque”. Neste ponto de vista, o “sotaque” não seria um problema do ponto de vista televisivo, porém, enfatiza a necessidade da manutenção da compreensibilidade e opina para a simplicidade da escolha vocabular e a clareza (MEDEIROS, 2019, p.79).

⁵ Heraldo Pereira, Giuliana Morrone, César Tralli, Rodrigo Bocardi, Mônica Teixeira, entre outros.

Tendo em vista todos os aspectos aqui apresentados, é anotado que houve, há algumas décadas, uma resistência maior à variedade regional no telejornalismo que, a priori, manifestava um privilégio maior ao eixo Rio-São Paulo⁶.

Gradativamente, rompe, dentro dos espaços de prestígio, ainda que não em uma proposição unânime entre profissionais da área, a repressão às marcas de expressão na manifestação vernacular.

Faz-se crucial salientar que, “quando um uso ou uma norma é estigmatizada, tem-se, aí, o surgimento do preconceito linguístico” (RODRIGUES, 2014. p.218) podendo esta forma de violência ser pelo “uso que um falante faz da língua para julgar, discriminar, atingir, hostilizar, segregar outro falante” (RODRIGUES, 2014. p.218).

Na acepção de Marcos Bagno (2007, n.p), não se funda um problema no uso do que cabe à norma padrão, mas se faz justiça que “as outras formas também sejam consideradas boas, justas e corretas”.

Por tanto, é inadmissível que se cogite ou use-se uma ferramenta como a imprensa, cujo um dia foi empregue na luta social e se fez substancial para a língua portuguesa, para corroborar com um velho formalismo segregacionista.

⁶ Cabe investigar esta relação atrelada ao desenvolvimento econômico regional do Sudeste principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como o desenvolvimento das emissoras nessas localidades.

APÊNDICE

DATA DE OCORRÊNCIA	APRESENTADORES/DUPLA	ESTADO/DISTRITO
31/08/2019	Cristina Ranzolin Márcio Bonfim	Rio Grande do Sul e Pernambuco
07/09/2019	Jessica Senra Ayres Rocha	Bahia Acre
14/09/2019	Luana Borba Sandro Dapícolo	Amazonas Paraná
21/09/2019	Ana Lídia Philippe Lemos	Rondônia Espírito Santo
28/09/2019	Priscilla Casto Carlos Tramontina	Pará São Paulo
05/10/2019	Ellen Ferreira Fábio William	Roraima Distrito Federal
12/10/2019	Aline Ferreira Fabian Londeiro	Amapá Santa Catarina
19/10/2019	Taís Lopes Thiago Rogeh	Ceará Tocantins
26/10/2019	Lucimar Lescano Lyderwan Santos	Mato Grosso do Sul Sergipe
02/11/2019	Mariana Gross Marcelo Magno	Rio de Janeiro Piauí
09/11/2019	Larissa Pereira Matheus Ribeiro	Paraíba Goiás
16/11/2019	Luzimar Collares	Mato Grosso

	Filipe Toledo	Alagoas
23/11/2019	Aline Aguiar Giovanni Spinucci	Minas Gerais Maranhão
30/11/2019	Lídia Pace Mário Motta	Rio Grande do Norte Santa Catarina

Tabela 1

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BONA, C. D.; RIBEIRO, P. N. Sobre a produtividade e a semântica do prefixo des- no português brasileiro atual*. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39346>>. Acesso em: 19 de set, de 2023.

CUNHA, Celso. **Língua Portuguesa e Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1986.

GAZZANIGA, M.; HEATHERTON, T.; HALPERN, D. **Ciência psicológica**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GLOBO.COM. **Globoplay**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com>> Acesso em: 20 de dez, de 2023.

JN 50 anos: veja quem são os âncoras de cada estado que vão estar na bancada do jornal nacional. g1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/50-anos/noticia/2019/08/28/jn-50-anos-veja-quem-sao-os-ancoras-de-cada-estado-que-voao-estar-na-bancada-do-jornal-nacional.ghtml>> Acesso em: 19 de set, de 2023.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola. 2004.

MEDEIROS, A. L. **Sotaques na tv**. 2. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

RODRIGUES, Ulisete Rodrigues de Souza. **Variação linguística, preconceito linguístico e ensino**. In: LABORDE, Elga Pérez; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva; NAVES, Rozana Reigota (orgs.). **Interculturalidade e patrimônio em contextos latino-americanos**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986. WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin.